

# Visita da missão do FMI traz expectativa de acordo "stand-by"

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O governo brasileiro inicia nesta segunda-feira a negociação com a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, na melhor das hipóteses, poderá produzir um acordo "stand-by" para ser assinado em meados do próximo mês de julho. Somente após selar esse acordo sobre o programa econômico de 1989 é que o governo conseguirá negociar tanto com o Fundo quanto com o Banco Mundial o aporte de recursos para financiar operações de redução do estoque da dívida externa ainda neste ano.

Também dependerá de um bom entendimento com o FMI o ingresso de US\$ 600 milhões dos bancos privados, disponíveis desde abril passado à espera de um acordo com o FMI, os recursos do Fundo Nakasone (do governo japonês) superiores a US\$ 1 bilhão e os créditos no montante de quase US\$ 900 milhões que o FMI liberará para o País neste ano, além dos empréstimos setoriais do Banco Mundial, também trancados à espera de um sinal da direção do FMI.

A negociação será "dura", na visão de um dos interlocutores do governo brasileiro junto ao FMI. Apesar de o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ter mantido um encontro "político" com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, no mês passado, para apagar algumas arestas relacionadas principalmente com a questão fiscal, "a conversa com a missão técnica é rigorosa. Eles querem saber tudo, por que não estamos conseguindo realizar o esforço de arrecadação tributária, por que não cortamos essa ou aquela despesa", mencionou a fonte, que já participa das negociações com técnicos do Fundo Monetário desde 1982.

O objetivo do governo brasileiro — já aceito pelo FMI — é estabelecer como critério de performance o déficit primário, que passaria a ser o foco principal das atenções, embora continuem sendo metas os níveis do déficit operacional e nominal. O conceito de medição "primária" das contas do setor público — que em 1988 apresentou um superávit de 1,5% do PIB e que neste ano, na melhor das hipóteses, pode ser zerado em face do aumento de despesas criadas pelo cumprimento da nova Constituição — elimina da contabilidade do déficit público os encargos e rolagem de dívidas.

## FINANCIAMENTO

O déficit operacional mede a necessidade de financiamento do setor público não financeiro excluídas as correções monetária e cambial e o nominal abarca todos esses gastos. Para o déficit operacional, a contabilidade aponta entre 5,5 e 5,8% do PIB neste ano, com uma forte deterioração sobre os 4,26% registrados em 1988.

Mais do que uma "facilidade" para a equipe econômica administrar as contas públicas para que não pressionem a inflação, a aceita-

ção do conceito primário como critério de performance destina-se a "vender melhor" o programa brasileiro à diretoria do Fundo. Ou seja, será mostrando que — apesar da piora das contas fiscais — o governo, em suas três esferas, não contraiu novas dívidas, mas apenas pagando encargos de dívidas velhas, que o governo brasileiro pretende obter o sinal verde do "board" do FMI para o programa econômico de 1989. "Trata-se de um programa de transição. O Fundo entende que o problema hoje é mais político do que econômico — nós temos um Congresso que manda mas não assume e um executivo que assume mas não manda e, em razão desse entendimento, a tendência do FMI é ser mais flexível com o Brasil, nessa fase de transição", disse a fonte oficial.

O cenário macroeconômico do programa com o FMI é de um crescimento de zero a 1% do Produto Interno Bruto, um superávit comercial neste ano de US\$ 16 bilhões — que os técnicos do FMI acreditam ser maior — e manutenção das reservas cambiais nos níveis de 1988. Esses dados, porém, não serão objeto de discussões mais acirradas

com os técnicos do FMI, que estão mesmo interessados e preocupados com a questão fiscal.

E, nesse sentido, a crise de hiperinflação na Argentina, também na ótica desse assessor oficial, mais atrapalha do que ajuda o governo brasileiro. "O FMI se preocupa com o fato de podermos reproduzir, aqui, a crise da Argentina, pelo fato de não estarmos cumprindo um programa mais ortodoxo", observou.

A missão técnica deverá permanecer em Brasília por três semanas. O chefe da missão, Thomas Reichman, só chega a Brasília na próxima quarta-feira, e os trabalhos iniciais serão em torno do relatório de 1988, que já mencionará o desempenho de algumas contas públicas até abril último. Após coletados todos os dados e negociadas as metas para 1989, os técnicos do FMI dispõem de pelo menos uma semana para preparar esse relatório e a direção do Fundo de quatro a seis semanas para examinar a proposta de acordo para este ano. Portanto, entre meados ou final de julho é que poderá ser assinado o acordo "stand by" com o Brasil, com duração até o final de janeiro de 1990.